

A Produção do Conhecimento Geográfico

6

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 6 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-83-3
DOI 10.22533/at.ed.833181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 16 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase no planejamento urbano.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a estudos do planejamento urbano. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS DO PLANEJAMENTO URBANO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A DIMENSÃO TERRITORIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE C,T&I | |
| Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Ana Cristina de Almeida Fernandes | |
| CAPÍTULO 2 | 21 |
| A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA DE CONVENIÊNCIAS, TURISMO E LAZER: O CASO DE PARNAMIRIM-RN | |
| Antonio Tadeu Pinto Soares Junior | |
| CAPÍTULO 3 | 30 |
| A REDE DE GESTÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS COMO ORDENADORAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI | |
| Paulo Wagner Teixeira Marques Miguel Ângelo Ribeiro | |
| CAPÍTULO 4 | 42 |
| AS MÚLTIPLAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO BAIRRO DE DEODORO-CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DA VILA MILITAR AOS NOVOS VETORES TECNOLÓGICOS PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016. | |
| Renato Candido da Silva Regina Célia de Mattos | |
| CAPÍTULO 5 | 51 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANEJAMENTO URBANO INCLUSIVO: POR UMA “GEOGRAFIA DA DEFICIÊNCIA” | |
| Anna Paula Lombardi Cicilian Luiza Löwen Sahr | |
| CAPÍTULO 6 | 62 |
| FRAGILIDADE INSTITUCIONAL E CRISE DO PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: UMA CRÍTICA À CIDADE COMO NEGÓCIO | |
| Aduino Gomes Barbosa | |
| CAPÍTULO 7 | 72 |
| INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL | |
| Maria José Andrade da Silva | |
| CAPÍTULO 8 | 82 |
| METRÓPOLES, GOVERNANÇA METROPOLITANA E CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. | |
| Thiago Giliberti Bersot Gonçalves Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto Eliane Ribeiro de Almeida da Silva Bessa | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 9 | 91 |
| O PARQUE URBANO DA REDENÇÃO EM PORTO ALEGRE-RS E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS CONCEBIDO E VIVIDO. | |
| Jaqueline Lessa Maciel Benhur Pinós da Costa | |
| CAPÍTULO 10 | 104 |
| O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO: LIÇÕES DO EVENTO SOCIOAMBIENTAL DA REGIÃO SERRANA E O CASO DE NOVA FRIBURGO. | |
| Luciana Herdy Messa | |
| CAPÍTULO 11 | 117 |
| OS SENTIDOS DOS MUROS E AS ESTRATÉGIAS DE DISTINÇÃO SOCIAL: RESIDENCIAIS FECHADOS EM CIDADES NÃO METROPOLITANAS | |
| Patrícia Helena Milani Eda Maria Góes | |
| CAPÍTULO 12 | 127 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DO TURISMO E SUAS REPERCUSSÕES NO TERRITÓRIO GOIANO | |
| Rangel Gomes Godinho Ivanilton José de Oliveira | |
| CAPÍTULO 13 | 137 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCALA LOCAL, E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO | |
| Gustavo Junger da Silva | |
| CAPÍTULO 14 | 154 |
| POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMÉRICA DO SUL: INTENCIONALIDADES E PRESSUPOSTOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E SUAS VINCULAÇÕES COM A INTEGRAÇÃO REGIONAL | |
| Claudete de Castro Silva Vitte | |
| CAPÍTULO 15 | 169 |
| URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E QUALIDADE DE VIDA PARA “CIDADES INTELIGENTES”: UM DEBATE A PARTIR DOS INDICADORES DO IMRS NA MICRORREGIÃO DE ARAXÁ, MINAS GERAIS | |
| Josimar dos Reis de Souza Beatriz Ribeiro Soares | |
| CAPÍTULO 16 | 181 |
| SUPERMERCADOS E ESTRATÉGIAS ESPACIAIS: ASPECTOS DA DINÂMICA URBANA E DO CONSUMO EM FORTALEZA-CE | |
| Tiago Fernando Gomes Barbosa | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 192 |

A REDE DE GESTÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS COMO ORDENADORAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Paulo Wagner Teixeira Marques

UERJ

Rio de Janeiro - RJ

Miguel Ângelo Ribeiro

UERJ

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Atualmente, o Estado e o Mercado são as duas Instituições com o maior poder estruturador do espaço, atuando através de suas organizações: de um lado, os organismos públicos criados para atender a população, levantar dados e informações e recolher tributos; de outro, as empresas, funcionando no mercado, com suas estratégias particulares e buscando, sobretudo, uma maior rentabilidade para os investimentos realizados. O presente artigo aborda o tema das conexões entre as cidades brasileiras e a articulação entre os espaços baseado na atuação espacial das empresas, tanto privadas quanto públicas, desde que possuam sedes e filiais localizadas em municípios distintos. Busca-se identificar a maneira pela qual as empresas, atuando por meio de suas redes de sedes e filiais, estabelecem e cristalizam centralidades e hierarquias, organizando o território segundo interesses específicos que, na maioria das vezes, diferem da lógica de atuação do Estado sobre o seu território. A tabela final apresentará

a hierarquia das cidades brasileiras do ponto de vista da gestão empresarial, constituindo-se na síntese da busca pela compreensão de como as diferentes cidades se conectam através da rede de sedes e filiais de empresas e quais são os centros que concentram a capacidade de comando e controle do País pelo lado do Mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Empresarial; Centralidade; Território Brasileiro.

ABSTRACT: Nowadays, the State and the Market are the two institutions with the highest capability to structure the space according to their wills. To accomplish that they act through some organizations: on one hand, the Public Bodies that are set to serve the population, to raise data and information, and to collect taxes; on the other hand, the companies, that operates on the market according to their particular strategies and looking for a better profit to their investments. This research addresses the theme of the connections between the Brazilian cities and the articulation between spaces based on the spatial activity of companies as long as they have branches in multiple municipalities. It seeks to identify the way the companies implement and crystalize centralities and hierarchies acting through their networks and organize the territory according to their specific interests, although they often differ from the spatial logic of States

regarding their own territory. The final table will present the hierarchy of Brazilian cities from the point of view of business management, constituting the synthesis of the search for an understanding of how the different cities connect through the network of headquarters and branches of companies and which are the centers that concentrate the capacity to command and control the country by the Market side.

KEYWORDS: Companies Management; Centrality; Brazilian Territory.

1 | INTRODUÇÃO

Uma das principais preocupações atuais da Geografia é a busca de entendimento sobre as formas de organização do território. Nesse sentido, é inegável que as formas de organização em rede ganharam destaque no período histórico atual, em grande parte impulsionadas pelo acentuado avanço nas tecnologias de comunicação e de transportes. Entretanto, o padrão clássico centro-periferia não perdeu por completo a sua utilidade e é, em muitos casos, a melhor forma de explicação para as influências exercidas sobre o território. A descrição desses padrões e o entendimento de sua lógica e de suas propriedades tornam-se fundamentais para a compreensão do próprio território.

Simplificadamente, o Estado e o Mercado são as duas Instituições com o maior poder estruturador do espaço, atuando através de suas organizações: de um lado os organismos públicos criados para atender a população, levantar dados e informações e recolher tributos; de outro, as empresas, sejam elas privadas, estatais ou sob qualquer outro arranjo societário, funcionando no mercado, com suas estratégias particulares.

Este artigo aborda o tema das conexões entre as cidades brasileiras e a articulação entre os espaços baseado na atuação das empresas, tanto privadas quanto públicas, desde que possuam sedes e filiais localizadas em municípios distintos, e em sua rede de filiais espalhadas pelo país. Interessa-nos analisar de que maneira o mercado, atuando por meio de empresas multilocalizadas, estabelece e cristaliza centralidades e hierarquias, organizando o território segundo interesses específicos que, muitas vezes, diferem da lógica de atuação do Estado na realização de suas tarefas específicas.

Este trabalho é dividido em três partes. Na primeira parte encontram-se as bases históricas e conceituais que o ancoram. A segunda apresenta a metodologia empregada e a base de dados utilizada, enquanto a terceira apresenta os resultados de sua aplicação no objeto de estudo escolhido. Por fim, uma pequena conclusão apresenta as considerações finais sobre o tema proposto.

2 | BASES HISTÓRICAS E TEÓRICAS

A ascensão de novas formas de organização empresarial e as políticas de localização das redes de filiais das empresas, com a conseqüente influência exercida

até mesmo sobre a atuação do Estado, tornam o tema da rede de gestão essencial para o entendimento do comportamento da sociedade e das formas e fluxos que se estabelecem no território brasileiro (SANTOS, 2002). Entretanto, apesar de sua importância para a compreensão das relações de poder, o tema permaneceu à margem de estudos aprofundados no Brasil nos últimos anos, com poucas exceções, a despeito de sua importância e dos trabalhos e avanços ocorridos no exterior, e do próprio histórico de pesquisas sobre o tema realizados no país nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

No contexto atual, fortemente influenciado pela evolução das formas gerenciais e de produção, consequência lógica da mobilidade e facilidade de comunicação proporcionada pela revolução da eletrônica e da informática, os agentes econômicos – as empresas, passaram a se aproveitar dos recursos dispersos pelas diversas localidades, contornando as barreiras espaciais. Testemunha-se esse processo observando o padrão locacional formado pelas unidades locais das empresas, ou seja, a rede de filiais espalhadas pelo país que se relacionam com as suas sedes nacionais. Ainda que existam variações nesse padrão em rede devido às diversas estratégias particulares de atuação no mercado, os padrões agregados de atuação são, ao mesmo tempo, uma configuração influenciada pelos padrões espaciais pretéritos e uma força modeladora sobre a organização do espaço, em um movimento contínuo de reforço mútuo.

De acordo com Hall (1996), a geografia regional e a geografia urbana resultante das organizações em rede caracterizam-se por nítidas divisões espaciais de trabalho, com a descentralização das funções de produção. Entretanto, cada vez mais as funções de comando e gestão encontram-se concentradas em poucos lugares: poucas cidades comandam as cadeias produtivas cruciais e de maior rentabilidade e o poder de decisão de alto nível acha-se cada vez mais centralizado; outras atividades acabam descentralizadas ou situadas localmente, dentro das áreas metropolitanas principais, ou espalham-se mais abertamente pelo território nacional ou por outros países (CASTELLS, 1989).

Dessa forma, a tendência da reorganização espacial das empresas, que já vem ocorrendo desde o final do século XX, é a dispersão de unidades pelo território nacional e fora dele. Essa dispersão indica uma fuga da produção dos antigos centros industriais. Paralelamente, ocorre uma descentralização local do trabalho de escritório. Entretanto, a atividade financeira e as transações de serviços, especialmente os avançados, estão cada vez mais concentradas em poucas cidades (SASSEN, 1991).

Quanto mais central for a posição de uma cidade na hierarquia urbana, maior será a possibilidade dela desenvolver uma infraestrutura técnica e social sofisticada, capaz de atender as necessidades de sua população e das populações vizinhas. Obviamente, ocorrem justaposições no território. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado age em consonância com padrões clássicos de conformação de hinterlândias, o mercado atua no estabelecimento de redes. Assim, a centralidade passa a ser definida

não apenas pelo acúmulo de funções urbanas, mas pela capacidade das cidades de atrair, desenvolver e consolidar novas infraestruturas. Serão essas estruturas que possibilitarão um aumento na oferta de bens e serviços para a população dispersa no território, atraindo o mercado e o próprio Estado, e viabilizarão a implantação de serviços cada vez mais sofisticados, capazes de abrigar novas funções de alto nível. Consequentemente, essa centralidade “reforçada” tenderá, no longo prazo, a ampliar as desigualdades entre as cidades.

As empresas, sejam elas públicas ou privadas, atuam de forma dupla: em ligações curtas, que reforçam centralidades pré-existentes, e em ligações mais distantes, por meio das redes descritas por Miossec (1976). Essa dupla orientação, que se reflete de diversas formas no território brasileiro, possui implicações distintas para as populações envolvidas. Grosso modo, no primeiro caso, o das ligações curtas, o acúmulo de empresas gera pressões consideráveis na rede de transportes e nos sistemas de saúde, habitação e educação das aglomerações urbanas; no segundo caso, é possível que as pressões sobre o território ocorram na rede de escoamento da produção, havendo concomitantemente a subordinação da população e da política local a decisões que ocorrem a dezenas, centenas ou milhares de quilômetros de distância.

Obviamente, esses são exemplos não exaustivos das possíveis consequências da ação das empresas em distintas localidades, sendo necessário um exame aprofundado das demais variáveis presentes para se chegar a uma análise mais próxima da realidade de cada uma delas.

3 | METODOLOGIA E BASE DE DADOS

A metodologia empregada neste trabalho foi proposta inicialmente por Corrêa (1968). Utilizando o Registro Industrial de 1962, Corrêa pesquisou 42.000 fichas, anotando a localização da sede e do município em que se encontrava a sua filial, sempre que elas estivessem dissociadas espacialmente. Além dessa informação, Corrêa também anotava a quantidade de trabalhadores da filial, o que constituiria um dos principais indicativos do alcance do comando de cada metrópole sob o território nacional.

Com essa abordagem, Corrêa buscou identificar o número de “assalariados externos” comandados pelas metrópoles, a sua distribuição espacial e os tipos de indústrias em que trabalhavam. Dessa forma, ele descortinava as relações de dependência dos municípios brasileiros em relação a cada uma das metrópoles brasileiras da época e o alcance do poder de comando de cada uma dessas metrópoles.

O trabalho de Corrêa apresentou algumas limitações que se devem à qualidade e quantidade dos dados disponíveis à época e à tecnologia de processamento disponível no final dos anos 1960. Resumidamente, as principais limitações encontradas foram a abrangência da pesquisa, que se limitou às metrópoles brasileiras, e o tipo de

empresa pesquisada – apenas indústrias. Corrêa reconheceu a dificuldade de avaliar a localização das empresas filiais, pois o Registro Industrial indicava apenas uma ligação estática entre os estabelecimentos locais e a sede da empresa, conforme trecho abaixo:

Vale assinalar também que o Registro Industrial indica apenas uma ligação estática entre estabelecimento e empresa, não havendo considerações sobre a absorção de uma empresa por outra, nem a transferência da sede da empresa do lugar de produção, onde permaneceu o estabelecimento, para uma metrópole, como se verificou em diversos casos através de informações obtidas diretamente em algumas empresas ou em outras fontes. (CORRÊA, 1968, p.58)

A metodologia utilizada por Corrêa foi replicada, com poucas mudanças, em dois importantes trabalhos do IBGE, já no século XXI: Região de Influência das Cidades – REGIC 2007 (2008) e Gestão do Território (2014). Ambas se beneficiaram de uma extensa base de dados e da capilaridade do Instituto na coleta de informação sobre os municípios brasileiros.

A base de dados que permitirá avançar no tema proposto é o Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O CEMPRE é um acervo de dados sobre as empresas e demais organizações formais do Brasil. Nele, encontram-se informações cadastrais e econômicas derivadas de pesquisas anuais do IBGE (Indústria, Construção Civil e Comércio e Serviços) e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. Essas informações apresentam-se desagregadas de acordo com os níveis de detalhamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0 e podem ser pesquisadas por Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Estão disponíveis informações sobre pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salários médios mensais, em salários mínimos. Outras informações importantes incluídas no CEMPRE são os indicadores de diversificação de atividade econômica e espacial e de concentração de pessoal ocupado total, relativos à indústria, comércio e serviços.

A estrutura do CEMPRE permite compor um quadro detalhado das relações de controle e subordinação de pontos do território nacional e estabelecer uma hierarquização entre esses pontos. Considera-se, conforme mencionado anteriormente, o município como a escala de análise e, conseqüentemente, os pontos representados serão o somatório das empresas cujas sedes ou filiais estejam presentes em um dado município.

O cadastro CEMPRE 2013, ano base utilizado neste trabalho, apresenta 5,2 milhões de empresas e outras organizações formais ativas para o ano de referência de 2012, que ocuparam, em 31 de dezembro, 53,4 milhões de pessoas, sendo 46,2 milhões (86,6%) como pessoal ocupado assalariado e 7,1 milhões (13,4%) na condição de sócio ou de proprietário.

Por fim, do cadastro inicial, foram selecionadas apenas as informações referentes às empresas multilocalizadas, ou seja, aquelas que possuíam filiais em municípios

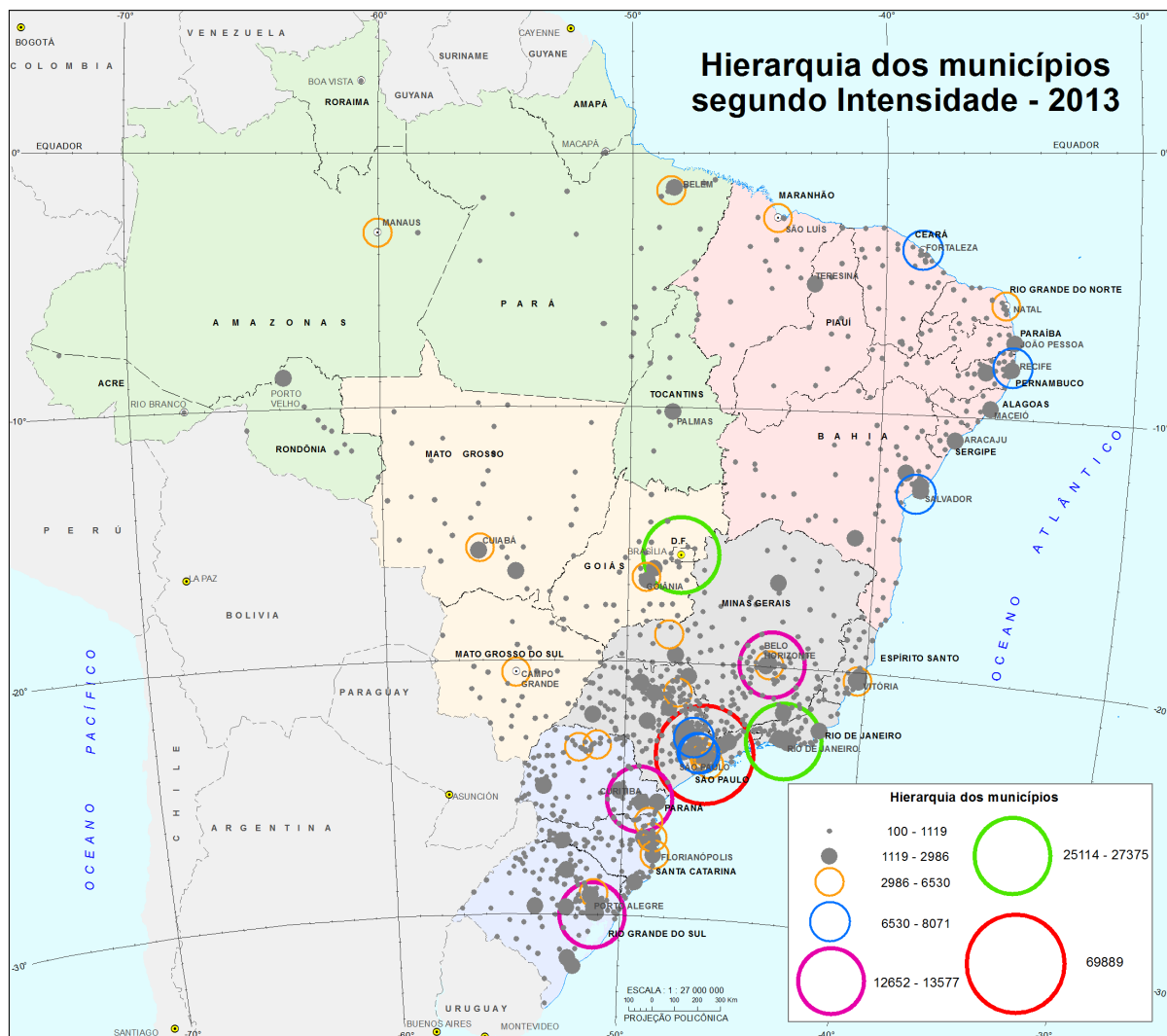
diferentes dos municípios de suas sedes.

4 | RESULTADOS

A metodologia empregada gerou dois mapas distintos da atuação das empresas sobre o território brasileiro: o primeiro apresenta a situação atual da cadeia de comando e controle das empresas multilocalizadas no Brasil; o segundo mostra os espaços opacos, ou seja, aqueles onde as empresas multilocalizadas estão ausentes ou não possuem uma presença considerável a ponto de exercer uma influência significativa sobre esses espaços.

Basicamente, o que foi representado é o equivalente ao que é denominado “Intensidade”, no trabalho Gestão do Território (IBGE, 2014). A “Intensidade” seria o equivalente ao somatório das empresas sediadas em um dado município X, das filiais dessas empresas localizadas em outros municípios diferentes de X, das filiais de empresas com sede em municípios diferentes de X localizadas em X e das respectivas sedes dessas empresas.

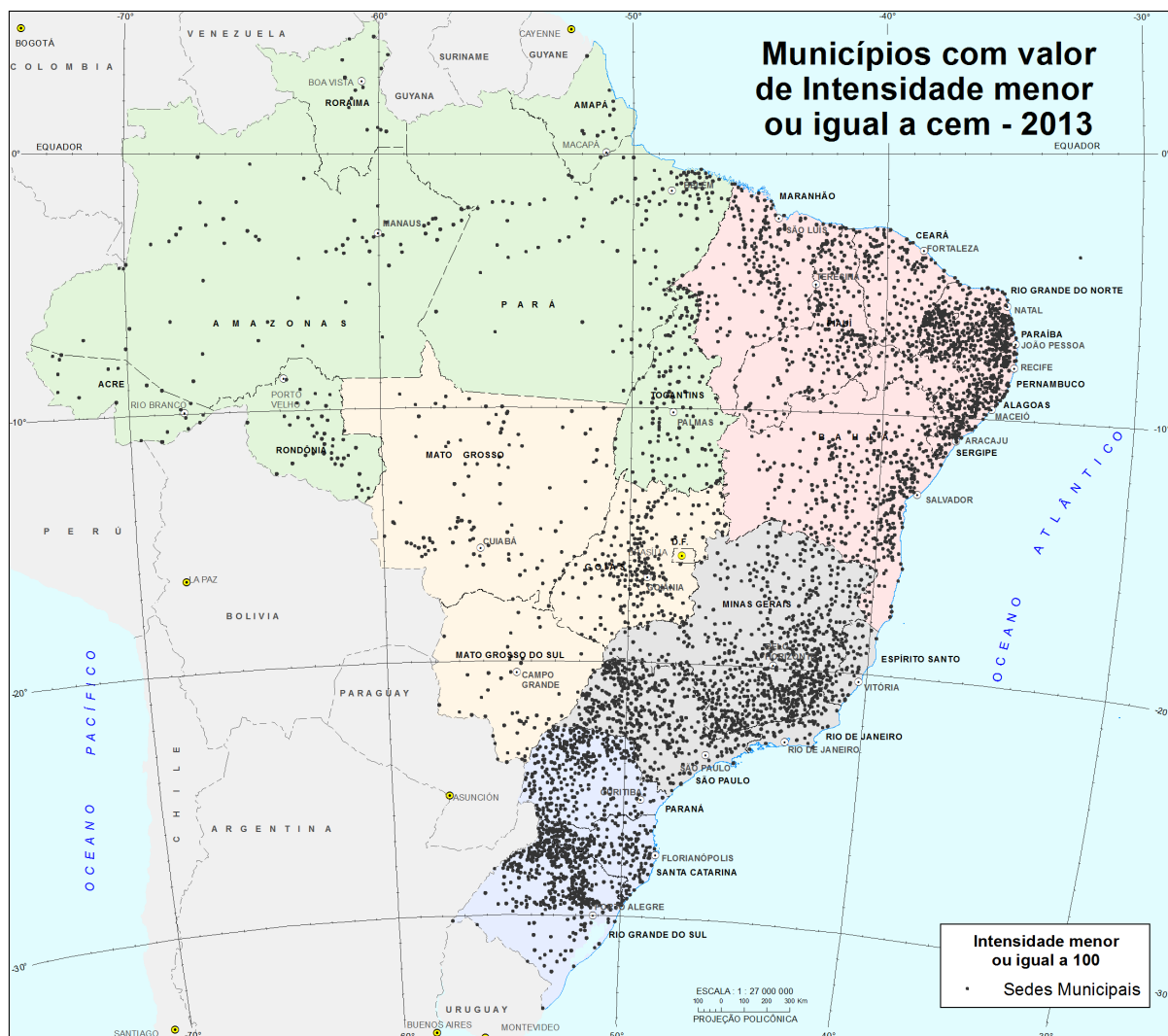
Assim, o Mapa 1 apresenta a forma atual da gestão empresarial no Brasil. Ele representa o somatório das sedes e filiais de empresas multilocalizadas presentes em cada município brasileiro.



Mapa 1 - Principais cidades da rede de gestão empresarial no Brasil – 2013
 Fonte: ESTATÍSTICAS do Cadastro Central de Empresas 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2016

Para essa representação, foi adotada uma divisão em 6 classes, onde os municípios que apresentavam intensidade igual ou inferior a 100 não foram representados. As classes principais, ou seja, aquelas que efetivamente comandam a gestão empresarial no Brasil e que possuem a mais extensa rede de empresas representadas em seus territórios, aparecem concentradas na Região Sudeste e, em alguma medida, nas Regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Com exceção da Região Sudeste, nas demais regiões a concentração de empresas ocorre nas capitais ou próximas a elas.

O Mapa 2 apresenta as cidades que não estão conectadas às redes de gestão empresarial. Elas representam os municípios que possuem intensidade igual ou inferior a 100 e ficaram ausentes do Mapa 1. Essas cidades desconectadas da rede de gestão empresarial estão concentradas no oeste catarinense, noroeste gaúcho, no oeste e noroeste paranaense, em especial próximo à divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul, sul e sudeste de Minas Gerais e no interior dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe.



Mapa 2 - Cidades desconectadas da rede de gestão empresarial no Brasil – 2013
 Fonte: ESTATÍSTICAS do Cadastro Central de Empresas 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2016

Há a ocorrência de inúmeras cidades com pouca ou nenhuma conexão empresarial nos estados das regiões Norte e Centro-Oeste, mas devido à dimensão dos municípios dessa região, há a impressão de que elas estão dispersas no território. Comparando-se o Mapa 1 e o Mapa 2, é nítida a importância assumida pelos eixos de transporte para a conexão do território à rede empresarial brasileira.

A adoção da intensidade 100 como ponto de ruptura para que uma cidade fosse ou não incluída na relação das cidades conectadas ou não à rede de gestão empresarial é discricionária. Porém, a escolha não é aleatória. Levando-se em consideração a natureza do indicador, que é composto pelas empresas multilocalizadas com sede em uma dada cidade X e suas filiais no Brasil, bem como pelas empresas com sede em outros municípios, mas que possuem filiais na cidade X, uma intensidade igual ou inferior a 100 significa que a cidade em questão possui pouca interação econômica, estando desconectada do circuito superior da economia brasileira (SANTOS, 2008).

Em números absolutos, 4.459 cidades possuem valor de intensidade inferior ou igual a 100. O somatório dos valores de intensidade dessas 4.459 cidades representa 15,4% do somatório total da intensidade empresarial no Brasil, o que equivale ao

valor de 127.402. Em contraposição, os demais 1.106 municípios representam 84,6% do total da intensidade empresarial no Brasil e somam o equivalente a 697.652 de intensidade. Esse valor é próximo ao de dez vezes a intensidade da cidade de São Paulo, principal nó da gestão empresarial no Brasil, calculada em 69.889.

5 | CONCLUSÃO

A rede de gerenciamento empresarial das empresas multilocalizadas cujas sedes se encontram em território brasileiro representa a forma de territorialização do capital em busca de sua própria reprodução. Como mencionado anteriormente, de uma maneira geral, as empresas, sejam elas privadas, estatais ou qualquer outra situação societária intermediária que possam vir a ter, buscam, em geral, a melhor condição possível de lucratividade. Mesmo nos casos específicos em que essa premissa possa ser contestada, como ocorre com algumas empresas estatais, quando a lógica da ocupação do território e da prestação de serviços, ainda que em condições deficitárias, sobrepuja a necessidade de lucro, usualmente são situações transitórias que não persistem no longo prazo.

Obviamente, o padrão em rede não é o único modelo de gestão atuando em um dado território em um momento específico no tempo. De fato, uma grande parte da gestão empresarial ocorre dentro de Concentrações Urbanas (IBGE, 2015), e assume um padrão regional ou contíguo no espaço. Assim, longe de configurar um padrão de esquizofrenia, a dupla maneira pela qual o espaço é abordado, em rede e em contiguidade, demonstra a alta maleabilidade e adaptabilidade de alguns lugares às atuais formas de comando do território. Certamente, existem pontos de atrito entre as cidades, que em muitos casos sugerem uma competitividade darwiniana por recursos e capitais, e é clara a existência de pontos mais luminosos ou mais opacos dentro das fronteiras brasileiras. Porém, os vencedores destes verdadeiros embates terminam por aprofundar as possibilidades de atração de novos investimentos e por incrementar sua influência em áreas ampliadas do território. Dessa maneira, o Brasil apresenta-se como um mosaico de redes empresariais, onde a forma centro-periferia permanece relevante. Partes do território, de acordo com essa lógica, passam a se conectar diretamente ao mercado global, enquanto outras retêm uma dinâmica mais baseada na contiguidade. Conceitualmente, Santos (1996) já havia descrito como, por meio de verticalidades e horizontalidades, o espaço se conforma a essa dupla influência das forças produtivas. Dependendo da força desses pontos, captada pela sua hierarquia na rede urbana nacional (IBGE, 2008), a influência se propagará por maiores ou menores distâncias.

Se o desenvolvimento capitalista ocorre de maneira desigual e combinada, seu reflexo no território é especialmente acentuado em condições de incompletude da rede urbana, fator essencial para se compreender a forma que essa mesma rede

urbana adquire no Brasil, e potencializado pelas deficiências estruturais existentes em um país a meio termo entre a riqueza e a pobreza. Fruto do processo histórico de ocupação, a forma adquirida pela distribuição das cidades brasileiras ao longo de um território continental obedece a fatores e a agentes que possuem interesses na maioria das vezes díspares e conflitantes. Some-se a isso os diferentes atributos de poder de cada um desses agentes e as configurações adquiridas pelos arranjos existentes entre eles, coordenados ou não, que transparecem na rede urbana brasileira, e que se materializam nas cidades na própria forma que o urbano adquire, considerando-se os pontos de maior riqueza ou pobreza da urbanização imposta e as segregações sociais e espaciais daí advindas.

A rede urbana brasileira, conseqüentemente, adquire uma forma cujo epicentro encontra-se em São Paulo. Brasília e Rio de Janeiro completam a tríade de cidades com maior influência na economia brasileira e onde se concentra a maioria das empresas multilocalizadas de abrangência nacional do Brasil. A porção meridional do território brasileiro apresenta-se densificada, em especial no litoral e próximo às capitais dos estados do sul. As ligações empresariais aí são, em sua maioria, de curta distância, em geral dentro dos próprios arranjos populacionais. O Nordeste brasileiro, nessa configuração, surge com empresas locacionadas nas capitais e, pontualmente, no interior da região, mas com poucas ligações multilocalizadas em âmbito nacional. Por último, as Regiões Centro-Oeste e Norte apresentam-se com poucas empresas de âmbito nacional, o que não significa ausência completa das mesmas.

É importante, todavia, recordar que as flutuações conjunturais da economia do país aparecem refletidas no território no curto prazo. Porém, a forma da rede de gestão das empresas brasileiras possui uma surpreendente permanência estrutural, de longo prazo, quando se comparam os resultados de Corrêa (1968) e o atual, mesmo levando-se em consideração a diferença nas abrangências territoriais dos dois trabalhos. Tal fato não significa que novos empreendimentos não tenham sido desenvolvidos ao longo dos quase 50 anos entre um trabalho e outro, mas que os locais onde foram implantados esses novos empreendimentos, em geral, não mudaram ao longo do tempo. Isso corrobora a permanência do formato da rede de gestão das empresas multilocalizadas no Brasil e reafirma o seu caráter estrutural.

Por fim, espera-se que esse trabalho seja uma contribuição ao estudo e à análise do território brasileiro. Embora inscrito em uma área da geografia que possui larga tradição no país, não são muitos os artigos e dissertações que o abordam sob o viés da gestão empresarial e, sobretudo, na escala nacional nos dias de hoje. Ainda que seja possível que, no bojo da escola dominante na Geografia Brasileira, o tema não desperte o mesmo interesse de há 20 ou 30 anos, prescindir de abordá-lo é relegá-lo a outras disciplinas, talvez não tão aptas a realizar estudos territoriais quanto a Geografia e os Geógrafos Brasileiros.

REFERÊNCIAS

BAHIANA, L. C. C. **Agentes modeladores e uso do solo urbano.** *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.* São Paulo: 1978. v. 19;

BRADFORD, M. G. e KENT, W. A. **Geografia Humana: Teorias e suas aplicações.** Lisboa: Gradiva, 1987.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007, 123 p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** In: _____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura.* São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1;

_____. **The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban-regional process.** Oxford, UK; Cambridge, MA: Blackwell, 1989.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo.* Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2016

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

CORRÊA, R. L. **Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras.** *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, n. 2, p. 56-86, 1968.

_____. **Região e organização espacial,** Editora Ática, 1986, 93 p;

_____. **Os centros de gestão e seu estudo.** *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro: IBGE, v. 51 n. 4, p. 109-119, 1989.

DINIZ, C. C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização.** In: *Revista Nova Economia,* Belo Horizonte: vol. 3, nº 1, 1993.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 194 p. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2013/>>. Acesso em: 30 de março de 2016

GESTÃO do território: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 120 p.

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX.** São Paulo: Perspectiva, 2007, 3. Ed, 578 p.

JACOBS, J. **The Economy of Cities.** Nova York: Random House, 1969.

MIOSSEC, Jean-Marie. **La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique.** *L'espace Géographique,* Paris, n. 3, p. 165-75, 1976.

RIBEIRO, M. A. **As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec.** *GeoUerj – Revista do Departamento de Geografia,* UERJ, Rio de Janeiro, n.10, p. 35-46, 2001.

_____. **O projeto de pesquisa a partir da rede urbana da Amazônia.** In: MARAFON, Glaucio José

Marafon (org.) et al. *Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, 542 p.

SANTOS, Milton. **Guerra dos lugares**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1999. Caderno Mais!.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp, 2008a, 136 p.

_____. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana e suas implicações espaciais**. São Paulo: Edusp, 2008b, 440 p.

SASSEN, Saskia. **The global city: New York, London, Tokyo**. New Jersey, USA: Princeton University Press, 1991. 447 p.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-83-3

